



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

EDITAL nº 01/2021

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2021

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRÉ HOSPITALAR NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE BIRIGUI DR. “ALCEU LOT”, POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO.

Data da Sessão Pública de recepção e abertura de envelopes

13/08/2021 às 09:00

As ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE, devidamente qualificadas no âmbito do Município de Birigui-SP deverão manifestar expressamente seu interesse em firmar o contrato de gestão até o dia 30/07/2021, nos termos do art. 9º, II do Decreto Municipal nº 5.430, de 03 de Junho de 2015, por meio de solicitação escrita a ser protocolada no Setor de Licitações desta Prefeitura.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, do Município de Birigui, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar **PROCESSO DE SELEÇÃO** destinado às ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 9.637/1998, na Lei Municipal nº 5.865/2014, combinada com o Decreto Municipal nº 5.430/2015, para celebrar Contrato de Gestão objetivando a **OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRÉ HOSPITALAR NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DR. “ALCEU LOT” NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI, ESTADO DE SÃO PAULO.**

1. DO OBJETO

O presente EDITAL tem por objeto a contratação de Organização Social para a **OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRÉ HOSPITALAR NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DR. “ALCEU LOT” NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI, ESTADO DE SÃO PAULO.**

1.1. As ações e serviços de saúde e as unidades de saúde objeto desta contratação, as respectivas atividades, metas e indicadores a serem observados



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

e alcançados, os respectivos prazos de execução, a previsão dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade e a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais no exercício de suas funções, bem como de servidores públicos cedidos e/ou sob sua gerência, estão descritos no conjunto deste EDITAL e seus Anexos, quais sejam:

Anexo I – Modelo Padrão de Declaração;

Anexo II – Atestado de Comparecimento para Vistoria Técnica;

Anexo III– Termo de Referência;

Anexo IV – Roteiro para Elaboração da Proposta Técnico-Financeira de Programa de Trabalho;

Anexo V – Planilhas de Despesas / Custeio

Anexo VI – Matriz de Avaliação para julgamento e Classificação das Propostas

Anexo VII – Parâmetros para Seleção e Classificação Proposta Técnico-Financeira de Programa de Trabalho

Anexo VIII – Minuta do Contrato de Gestão.

2. DO CONTRATO DE GESTÃO

2.1. A vigência do Contrato de Gestão será de **12 (doze)** meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, desde que haja concordância de ambas as partes e fique demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta SELEÇÃO as ORGANIZAÇÕES SOCIAIS pertinentes ao objeto licitado e assim declaradas qualificadas pela Municipalidade, até a data de publicação do presente edital de Chamamento, que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL e seus Anexos, conforme Lei Municipal nº 5.865/2014, combinada com o Decreto Municipal nº 5.430/2015.

3.2. As ORGANIZAÇÕES SOCIAIS devem examinar todas as disposições deste EDITAL e seus Anexos, implicando a apresentação de documentação e respectivas propostas na aceitação incondicional dos termos deste instrumento convocatório.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

3.3. Será vedada a participação de entidades quando:

3.3.1. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

3.3.2. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal, nos termos da súmula 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

3.3.3.

Também não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, as pessoas relacionadas no art. 9º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como aquelas que estejam impedidas por qualquer outro motivo de ordem legal.

3.3.4. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.3.5. A Comissão Especial de Seleção procederá às consultas de regularidade/ ausência de impedimentos nos sites do Tribunal de Contas do Estado, da União, Conselho Nacional de Justiça e portal da transparência do Governo Federal.

4. ESCLARECIMENTOS SOBRE O CHAMAMENTO PÚBLICO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E SEUS ANEXOS

4.1. As ORGANIZAÇÕES SOCIAIS que necessitarem de informações e esclarecimentos complementares relativamente ao presente EDITAL e seus Anexos ou quiserem impugná-lo, deverão apresentar requerimento escrito, no máximo até 2 (dois) dias úteis antes da data da sessão, protocolado aos cuidados da COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, junto ao SETOR DE PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL, sito à Rua Anhanguera, nº 1155, Jardim Morumbi, BIRIGUI – SP, no horário das 09h00min às 16h00min, de segunda a sexta-feira.

4.2. Nos pedidos formalmente encaminhados, os interessados deverão identificar-se mediante indicação de CNPJ, razão social e nome do representante que pediu esclarecimentos e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

4.2.1. As respostas a todos os pedidos serão publicadas na imprensa oficial em até 01 (um) dia útil antes da realização da sessão pública de apresentação e recebimento dos envelopes e farão parte integrante do processo referente ao Chamamento Público para todos os efeitos de direito.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

4.3. Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos ou impugnação, considera-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos e estão corretos, não restando direito à ORGANIZAÇÃO SOCIAL para qualquer reclamação ulterior, dado que a participação no Chamamento Público implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL e seus Anexos.

4.4. A intimação e divulgação dos atos do presente CHAMAMENTO PÚBLICO será feita por publicação na Imprensa Oficial de Birigui, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da Prefeitura Municipal de Birigui.

4.4.1. As dúvidas a serem esclarecidas por telefone ou ainda verbalmente serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

5. DILIGÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES.

5.1. O presente PROCESSO DE SELEÇÃO será coordenado e julgado por uma COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, nomeada pela Portaria nº. **62/2021**, obedecidas às regras gerais estabelecidas nos itens seguintes e a legislação aplicável.

5.2. A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO pode, a seu critério, em qualquer fase do PROCESSO DE SELEÇÃO, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do CHAMAMENTO PÚBLICO, inclusive realizar vistorias nos locais de atuação das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

5.3. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL participante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sob pena de sujeição às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.

6. PROCEDIMENTOS GERAIS DA SELEÇÃO PÚBLICA

6.1. MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E OBTENÇÃO DO EDITAL E DE SEUS ANEXOS

6.1.1. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL interessada em participar do CHAMAMENTO PÚBLICO deverá protocolizar ofício, aos cuidados da **COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO**, no SETOR DE PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL, sito à Rua Anhanguera, nº 1155, Jardim Morumbi, BIRIGUI – SP, no horário das 09h00min às 16h00min, até o dia 30/07/2021.

6.2. CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE LEGAL DA



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

6.2.1. O representante credenciado da ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá apresentar perante a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO no mesmo dia, local e horário designado para o início da sessão pública de abertura dos envelopes, a carta de credenciamento, a carteira de identidade ou outro documento equivalente, além da comprovação de sua representação, através de:

a) Instrumento de mandato que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este CHAMAMENTO PÚBLICO, tais como formular questionamentos, interposição e desistência de recurso, análise de documentos, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes da outorgante, com as seguintes observações: I) Em se tratando de instrumento particular de mandato, este deverá ser apresentado com firma reconhecida; II) Não serão aceitas procurações que contenham poderes amplos, que não contemplem claramente o presente CHAMAMENTO PÚBLICO ou que se refiram a outros procedimentos, processos de seleção, licitações ou tarefas;

b) Estatuto social ou documento equivalente, com a comprovação de sua vigência, nos casos de representante legal da Organização Social.

6.2.2. Os documentos de representação das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS serão retidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO e juntados ao processo do CHAMAMENTO PÚBLICO.

6.2.3. Será admitido, no máximo, 01 (um) representante credenciado por ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

6.2.4. A qualquer momento durante o processo de seleção, o interessado poderá substituir o seu representante credenciado, desde que observados os procedimentos contidos no item 6.3.1.

6.2.5. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL sem representante não poderá consignar em ata suas observações, rubricar documentos, nem praticar os demais atos pertinentes ao chamamento público.

6.2.6. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma ORGANIZAÇÃO SOCIAL neste CHAMAMENTO PÚBLICO, sob pena de exclusão sumária de todas as ORGANIZAÇÕES SOCIAIS por ela representadas.

6.3 DA ENTREGA DOS ENVELOPES

6.3.1 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL interessada em firmar Contrato de Gestão para gerenciar os serviços de que trata o item 1 deste EDITAL, deverá apresentar à COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, 2 (dois) envelopes fechados, indevassáveis, distintos e identificados, devendo o de nº 1 conter a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e o de nº 2 conter a PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO, no dia e horário especificados na folha 01 deste edital, na Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, sito à Rua Anhanguera, nº 1155, Jardim Morumbi – SP, no início da sessão pública de que trata o item 7 deste Edital.

6.3.2 Cada um dos ENVELOPES deverá ser identificado conforme modelos de



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

etiquetas contidos nos itens 6.4. e 6.5. deste EDITAL.

6.3.3. Os ENVELOPES 1 e 2 deverão ser apresentados separadamente, com todas as folhas impressas em frente rubricadas e numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, não sendo permitidas emendas, rasuras ou ressalvas, com as seguintes observações:

6.3.3.1. Os documentos juntados nos envelopes “1” e “2” devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada, com furação para colchete, que fixarão as folhas aos autos do processo;

6.3.4. Não será aceita, posteriormente à entrega dos envelopes, qualquer complementação de documentos, sob alegação de insuficiência de dados ou informações.

6.3.5. Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, no vernáculo, sem emendas ou rasuras.

6.3.6 Os esclarecimentos e as informações prestadas por quaisquer das partes terão sempre a forma escrita, e estarão a qualquer tempo disponível no processo do CHAMAMENTO PÚBLICO.

6.4. ENVELOPE 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº (01/2021)
RAZÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL
ENVELOPE 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

O “**ENVELOPE 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” deverá conter os documentos comprobatórios da capacidade jurídica, capacidade técnica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, previdenciária e trabalhista da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, bem como o ATESTADO DE COMPARECIMENTO DA VISTORIA,

conforme discriminados a seguir:

6.4.1. RELATIVOS A HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Publicação da qualificação como Organização Social, ou documento equivalente no município de **Birigui**;
- b) Estatuto Social da Organização Social e alterações registradas e autenticadas, acompanhado de prova da diretoria em exercício (estando o estatuto em vigor consolidado, basta a apresentação da última alteração);
- c) Comprovação de que o Estatuto apresentado é o último registrado;
- d) Declaração de que a Organização Social não incorre nas sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 (respeitado os termos



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

da Súmula 51 do TCE/SP);

e) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo seu representante legal, modelo Anexo I, noticiando que a ORGANIZAÇÃO SOCIAL não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 c/c Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002 e que inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a administração.

6.4.2. RELATIVOS A CAPACIDADE TÉCNICA

- a) Comprovação de experiência técnica (*sem imposição de quantitativos ou prazo mínimos*) para desempenho da atividade objeto do CONTRATO DE GESTÃO, mediante demonstração de experiência(s) anterior(es), por meio de (*ao menos 01*): cópias de Contratos de Gestão, Termos de Convênios, Termos de Parcerias ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado indicando local, natureza, volume, qualidade e cumprimento de prazos que permitam avaliar o desempenho da ORGANIZAÇÃO SOCIAL. O atestado deverá especificar o tipo de serviço prestado e a população a ele referenciada;
- b) Ata de aprovação, por seu órgão deliberativo, do Contrato de Gestão a ser celebrado;
- c) Inscrição da Organização Social no CREMESP;
- d) Inscrição da Organização Social no CRA/SP;

6.4.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Os documentos referidos neste subitem deverão estar assinados por bacharel ou técnico em Ciências contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional.
- c) Apresentação de documento que demonstre a boa situação financeira atualizada, assinada pelo representante legal da empresa, comprovando que a licitante dispõe de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 01 (um inteiro); em caso da licitante apresentar os de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) inferiores ou igual 1 (um inteiro), a mesma deverá apresentar junto com os documentos de habilitação a comprovação de patrimônio líquido corresponde a 10% (dez por cento) do valor total da sua proposta comercial apresentada. Os cálculos dos índices deverão ser efetuados de acordo com a fórmula seguinte:

LG -Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG -Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC- Ativo Circulante

Passivo Circulante

Observação: A demonstração dos índices deverá ser feita através da elaboração, pela entidade, de documento contendo as fórmulas acima indicadas, declarando formalmente que os índices respectivos nesta inseridos foram extraídos do balanço patrimonial apresentado, bem como os respectivos quocientes apurados, e as assinaturas do (s) representante (s) legal (is) da entidade e de seu contador, devidamente identificados.

d) Certidão distribuição cível expedida pelo Distribuidor de sua sede de pessoa jurídica datada de, no máximo, 90 (noventa) dias da data de apresentação dos envelopes do presente chamamento;

e) Constando processos de insolvência e/ou improbidade administrativa de referida certidão, deverão ser apresentadas certidões de objeto e pé de cada um dos processos constantes do documento;

f) A comissão Especial de Seleção poderá valer-se das instâncias técnicas da municipalidade para verificação e análise das certidões de objeto e pé de cada processo constante da certidão de distribuição para os fins de aferição da possibilidade jurídica de futura contratação com a Administração Pública.

6.4.4. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição da Organização Social no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estaduais e/ou Municipais da sede da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão conjunta negativa de débitos ou certidão conjunta positiva com efeitos de negativa, relativos a tributos **FEDERAIS** (*inclusive as contribuições sociais*) e à dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão de Regularidade de Situação quanto aos encargos tributários municipais (*tributos mobiliários e imobiliários*) da sede da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, relativo aos tributos relacionados com o objeto do CHAMAMENTO PÚBLICO ou declaração de isenção assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

e) Comprovação de Regularidade Fiscal Estadual, através da apresentação



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

das certidões negativas emitidas pela Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Fazenda do Estado, para concorrentes situadas no Estado de São Paulo.

f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

6.4.4.1 OBSERVAÇÕES

a) Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se indicada legislação específica para o respectivo documento, dispondo de forma diversa.

b) Serão admitidas Certidões Positivas com Efeitos de Negativa nas hipóteses das alíneas “c” a “g”, desde que regularmente emitidas na forma e nos casos previstos pela legislação tributária.

c) Todos os documentos de que trata o item anterior (documentos de habilitação) deverão, quando for o caso, estar em plena validade da data fixada para apresentação dos envelopes e ainda serem apresentados em original ou por cópia autenticada, salvo os documentos obtidos por meio eletrônico, os quais a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO confirmará a veracidade por meio de consulta à Internet, diretamente nos respectivos “sites” dos órgãos expedidores.

d) A autenticação citada, ainda poderá ser feita mediante cotejo da cópia com o original, pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO.

e) Não serão aceitos protocolos, guias de pagamentos ou quaisquer outras formas de apresentação de documentos diferentes das exigidas neste edital.

6.4.5. RELATIVOS À VISTORIA TÉCNICA

6.4.5.2. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL interessada deverá apresentar o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, que deverá ser assinado por servidor (es) designado (s) para acompanhar os serviços vistoriados, devidamente identificado;

6.4.5.3. A visita técnica é OBRIGATÓRIA e deverá ser realizada até dia 12/08/2021, mediante agendamento prévio até dia 10/07/2021, junto a Secretaria Municipal de Saúde pelo telefone (18) 3643-6233.

6.4.5.4. A documentação de habilitação será examinada pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, nos seguintes termos:

a) Não serão habilitadas as ORGANIZAÇÕES SOCIAIS que deixarem de apresentar os documentos indicados no item 6.4 - “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 1” ou que o fizerem de maneira incompleta ou incorreta.

b) É facultado à COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, em qualquer fase do certame, nos termos do § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, a promoção



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a posterior inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente dos envelopes nº 1 e 2.

6.5. ENVELOPE 2 – PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO.

O “**ENVELOPE 2 – PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO**” conterá:

6.5.1. A PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO, compreendendo os meios e recursos necessários para execução das atividades previstas, em atendimento às condições deste EDITAL deverá ser elaborada de acordo com o modelo oferecido pela Secretaria Municipal de Saúde, de Birigui (Anexo V).

6.5.2. Os conteúdos apresentados no “ENVELOPE 2” serão utilizados na classificação e julgamento das propostas.

6.5.3. É de inteira responsabilidade da ORGANIZAÇÃO SOCIAL toda e qualquer diligência necessária à elaboração de sua PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO.

6.5.4. Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso nos documentos da proposta apresentada pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, prevalecerão os últimos.

6.5.5. Somente serão consideradas as PROPOSTAS TÉCNICO-FINANCEIRAS DE PROGRAMA DE TRABALHO que abranjam a totalidade do objeto deste certame.

7. DAS SESSÕES

7.1. Serão considerados para fins de habilitação das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS e posterior julgamento das propostas os documentos especificados nos itens 6.4 e 6.5 deste Edital que deverão ser apresentados nos ENVELOPES 1 e 2.

7.2. No dia e hora indicado na folha 01 deste edital, na Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal, a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO procederá à abertura do processo de seleção, iniciando os trabalhos com a abertura do “ENVELOPE 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, que deverá ser rubricado pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO e pelos representantes credenciados das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS presentes à sessão.

7.2.1. A sessão pública de abertura do envelope 1 poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente serão permitidas a participação e a manifestação dos representantes credenciados das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas que não estejam devidamente credenciadas.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

7.2.2. Será inabilitada a ORGANIZAÇÃO SOCIAL participante que deixar de apresentar qualquer documento exigido neste EDITAL e seu(s) ANEXO(s) ou, ainda, apresentá-lo com irregularidade detectada pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO à luz do EDITAL.

7.2.3. Em caso de inabilitação e/ou desclassificação em qualquer uma das etapas de abertura dos envelopes 1 e 2, a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO dará ciência da decisão à ORGANIZAÇÃO SOCIAL por publicação na Imprensa Oficial de Birigui, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da Prefeitura Municipal de Birigui.

7.2.4. Os resultados de cada etapa de avaliação, bem como do julgamento final das propostas, serão comunicados diretamente aos participantes do processo seletivo e através de publicação na Imprensa Oficial de Birigui, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da Prefeitura Municipal de Birigui.

7.2.5. De cada sessão pública será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, que deverá ser assinada obrigatoriamente pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO e pelos credenciados presentes.

7.2.6. Serão considerados HABILITADOS pela COMISSÃO, os PARTICIPANTES que apresentarem com exatidão todos os documentos solicitados no item 6.4, sobre “ENVELOPE 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, deste EDITAL, com as seguintes observações:

a) Não ocorrendo desistência expressa de recurso quanto à habilitação ou inabilitação, a COMISSÃO encerrará a sessão, cientificando os participantes do prazo de 05 (CINCO) dias úteis para sua interposição;

b) O “ENVELOPE 2” da ORGANIZAÇÃO SOCIAL inabilitada será devolvido, inviolado, após ter decorrido o prazo legal sem interposição de recursos, tendo havido renúncia expressa de interposição de recursos ou ainda após o não provimento aos recursos interpostos.

7.2.7. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO.

7.2.8. Os “ENVELOPES 2 – PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO” das PARTICIPANTES HABILITADAS serão abertos pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, em nova sessão.

7.2.9. A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO procederá, então, à avaliação da PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital.

7.2.10. Realizado o julgamento da PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO, sem ocorrência de interposição de recurso, tendo havido renúncia expressa da interposição de recursos ou após o julgamento destes, ocorrerá o julgamento final com publicação do resultado e comunicação às participantes.

7.2.11. Decorrido o prazo legal e tendo sido declarada vencedora a ORGANIZAÇÃO SOCIAL que obteve a maior pontuação final no processo seletivo. Caberá então à COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO encaminhar o processo, com relatório conclusivo, a Secretária Municipal de Saúde que, após



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

ciência, o encaminhará para o Prefeito Municipal para homologação da seleção e adjudicação à ORGANIZAÇÃO SOCIAL classificada em primeiro lugar, determinando a sua convocação para assinatura do contrato.

7.2.12. A Prefeitura Municipal convocará o vencedor da presente licitação para, no prazo de, **ATÉ 05 (CINCO) DIAS**, contados a partir da entrega da intimação, assinar o contrato, cuja minuta é parte integrante deste Edital.

7.2.13. A recusa da vencedora em assinar o contrato dentro do prazo assinalado, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, ficando sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, além das penalidades referidas em Lei, podendo a Administração nessa circunstância convocar as entidades remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo na forma do disposto no §2º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

8. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

8.1. São definidos com critérios de pontuação da PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO:

8.1.1. Análise do conteúdo das PROPSOSTAS TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO, conforme Anexo V;

8.2. As PROPOSTAS TÉCNICAS DO PROGRAMA DE TRABALHO serão analisadas e pontuadas de acordo com os critérios estabelecidos:

8.2.1. A Proposta de Modelo Gerencial / Assistencial (C1) deverá caracterizar o Modelo Gerencial e Assistencial proposto para o objeto deste Programa de Trabalho e deverá conter os seguintes tópicos:

- a) Organograma;
- b) Fluxos e Protocolos para organização das atividades assistenciais;
- c) Protocolos e organização dos serviços de análises clínicas e radiologia;
- d) Atividades de Apoio;
- e) Atividades Administrativas e Financeiras;
- f) Proposta de quantificação da assistência, incluindo eventual proposta de incremento de atividade, deverá ser apresentada nos moldes dos quadros abaixo, que segue exemplificadamente:

Estimativa de Produtividade mensal Pronto Socorro “Dr. Alceu Lot”.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Acolhimento e Classificação de Risco	7.175
Atendimento Médico de Clínica Médica	7.194
Atendimento Médico em Ortopedia	641
Atendimento Médico em Pediatria	764
Diagnóstico em Laboratório Clínico	4.331
Diagnóstico por Tomografia	603



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

Diagnóstico por radiologia	1.428
Diagnóstico por Eletrocardiografia	324
Administração de Medicamentos	10.127
Outros Procedimentos Médicos de Enfermagem	9.807

Observação: Atualmente, em razão do estado de Pandemia, para melhor gerenciamento dos fluxos de atendimento, a administração os dividiu em duas unidades, sendo que no prédio do Pronto Socorro “Dr. Alceu Lot” são atendidos os casos de síndrome respiratória e casos graves de urgência e emergência e na unidade de apoio, localizada na Praça Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, são atendidas as Urgências Básicas.

Após a cessação do estado de pandemia, ou diminuição significativa dos casos de síndrome respiratória, os atendimentos serão centralizados novamente no Pronto Socorro Municipal, de forma que para a elaboração do Plano de Trabalho a organização social deverá levar em conta a divisão dos atendimentos, todavia, considerar um único equipamento de saúde.

Atualmente a municipalidade pleiteia habilitação de 18 leitos COVID-19 para atender a demanda espontânea de novos casos. Dessa forma, havendo a concessão do requerimento e habilitação dos referidos leitos, fica ciente a futura contratada que poderá o contrato de gestão ser revisto com o fim de repactuação temporária com os devidos ajustes do Plano de Trabalho.

- g) Apresentação da Política de Gestão de Pessoas a ser praticada;
- h) Apresentação do dimensionamento de Recursos Humanos estimados, separados por fases e com o preenchimento do quadro abaixo, conforme estabelecido no Termo de Referência deste Edital:

I. Quadro de Dimensionamento de Recursos Humanos (mínimo)

Equipe Médica

CARGO	QTDE	PLANTÃO DIURNO 12 H	PLANTÃO NOTURNO 12 H	CARGA HORÁRIA
Médico Diretor Técnico	1			
Médico Diretor Clínico	1			
Médico Coordenador	1			12H
Médico Clínico Emergencista	12	6	6	24 H
Médico Pediatra	2	1	1	24H
Médico Ortopedista	1	1		06H
Médico Laudista	2	1	1	24H



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

(radiologia)				
Médico	2	1	1	24H
Ultrassonografista				

Equipe de Enfermagem

CARGO	CARGA HORÁRIA	QTDE
Auxiliar de Saúde Bucal	4hs/dia	1
Dentista	4hs/dia	1
Enfermeiro Educação Continuada e CCIH	40hs/sem	1
Enfermeiro	12x36 horas	24
Enfermeiro RT	40hs/sem	1
Enfermeiro Folguista	12x36 horas	5
Farmacêutico	12x36 horas	6
Farmacêutico Folguista	12x36 horas	1
Técnico de Enfermagem	12x36 horas	72
Técnico de Enfermagem Folguista	12x36 horas	8

Equipe Administrativa

CARGO	CARGA HORÁRIA	QTDE
Almoxarife	12/36 horas	2
Assistente Social	30hs/sem	1
Auxiliar Administrativo	40hs/sem	5
Auxiliar de Rouparia/Lavanderia	40hs/sem	2
Auxiliar de Serviços Gerais	12x36 horas	10
Auxiliar de Serviços Gerais Folguista	12x36 horas	4
Controlador de Acesso/Porteiro	12x36 horas	12
Controlador de Acesso/Porteiro Folguista	12x36 horas	4
Encarregado de Higienização e Limpeza	40hs/sem	1
Gerente Administrativo	40hs/sem	1
Motorista Ambulância	12x36 horas	4
Motorista Ambulância Folguista	12x36 horas	2
Recepcionista	12x36 horas	10



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

Recepcionista Folguista	12x36 horas	4
Técnico Manutenção	40hs/sem	1
Técnico Manutenção Gases Medicinais	12x36 horas	4
Recepcionista (192)	12x36 horas	2
Recepcionista (192) Folguista	12x36 horas	1

Equipe Técnica

CARGO	CARGA HORÁRIA	QTDE
Técnico de Imobilização	24 horas	4
Técnico de Laboratório	24 horas	2
Técnico de Radiologia	24 horas	4

***CASO A ENTIDADE ALTERE O QUADRO DE PESSOAL DEVERÁ APRESENTAR JUSTIFICATIVA EM SEU PLANO DE TRABALHO, A QUAL PODERÁ OU NÃO SER ACEITA PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO, RESPEITADO O QUADRO MÍNIMO PARA AS CATEGORIAS.**

Para o início da implantação, a entidade deverá contratar de imediato a mão de obra necessária para a execução dos serviços, de acordo com a programação apresentada. Sendo possível, os profissionais deverão ser contratados através de realização de processo seletivo, de acordo com o regulamento de contratações de recursos humanos da entidade.

Após termino da vigência do processo seletivo, deverá a Organização Social de Saúde promover novo processo para a substituição de profissionais desligados, por pedido de demissão ou por dispensa.

8.2.2. As Propostas de Atividades voltadas à qualidade (C2) deverão estar orientadas a obter e garantir a melhor assistência possível, dado o nível de recursos e tecnologia existentes. O interessado estabelecerá em sua oferta, entre outras:

- Proposta de funcionamento das Comissões Técnicas que implantará no Pronto Socorro, especificando: perfil dos membros componentes, objetivos, metas e frequência de reuniões;
- Implantação e utilização de Prontuário Eletrônico integrado;
- Monitoramento de indicadores de desempenho da qualidade e da produtividade, dentre outros;
- Sistemáticas de aplicação de ações corretivas de desempenho a partir do monitoramento acima;
- Proposta de Serviço Pesquisa de Satisfação;
- Proposta de Educação Permanente;
- Sustentabilidade ambiental quanto ao descarte de resíduos;



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

h) Sistemática de monitoramento e garantia da qualidade da informação;

i) Outras iniciativas e Programas de Qualidade, implantados ou em desenvolvimento pela Organização Social: apresentar um plano de organização específico com definição de alcance, metodologia, cronograma de implantação, orçamento previsto, etc.

8.3. As PROPOSTAS FINANCEIRAS DO PROGRAMA DE TRABALHO serão analisadas de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo VI – Planilha de Despesas de Custeio (C3), apontando o volume de recursos financeiros alocados para cada tipo de despesa e o montante total, ao longo de cada mês de execução do Contrato de Gestão.

8.3.1 Serão avaliadas apenas as propostas financeiras que contenham, minimamente, todas as informações previstas Anexo VI – Planilha de Despesas de Custeio (C3) deste edital.

8.3.2 A proposta financeira total não poderá ultrapassar o valor máximo de R\$ 30.000.000 (trinta milhões) correspondentes ao valor total das despesas de custeio para 12 meses de execução do contrato.

8.4. A avaliação das PROPOSTAS TÉCNICO-FINANCEIRAS das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS será baseada nos termos previstos no ANEXO VII - MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS e ANEXO VIII – PARÂMETROS PARA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO.

8.4.1. A nota da PROPOSTA TÉCNICA DO PROGRAMA DE TRABALHO não poderá ser inferior a 70 (setenta) pontos dos 100 (cem) possíveis, sob pena de eliminação.

8.4.2. Nenhum dos itens de avaliação previstos nos itens 8.2.1. e 8.2.2. deste edital poderá ter avaliação igual a 0 (zero), sob pena de eliminação.

8.5. CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS

8.5.1. Será declarada vencedora deste processo de seleção a PROPOSTA TÉCNICO- FINANCEIRA que obtenha a maior pontuação dentre as demais concorrentes.

8.5.2. As PROPOSTAS TÉCNICO-FINANCEIRAS serão classificadas de acordo com a pontuação total obtida, a qual considerará as notas atribuídas às propostas técnico-financeiras e os seguintes pesos: a) Proposta Técnica 60% (sessenta por cento) e Proposta Financeira 40%(quarenta por cento).

8.5.3. O critério de desempate seguirá os seguintes itens e a seguinte ordem de comparação de indicadores:

a) 1º indicador de desempate: > maior nota no indicador Modelo Gerencial /Assistencial, em persistindo o empate;



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

- b) 2º indicador de desempate: > maior nota no indicador Atividades voltadas à qualidade; empersistindo o empate;
- c) 3º indicador de desempate: < menor nota de preço;
- d) 4º indicador de desempate: sorteio em ato público, para o qual serão convocadas todas as participantes.

8.5.4. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar às ORGANIZAÇÕES SOCIAIS participantes o prazo de até 08 (OITO) dias úteis para a apresentação de novas propostas.

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Após a declaração do vencedor, será facultada aos PARTICIPANTES, nos termos da legislação vigente, a interposição de recurso administrativo em face de todas as decisões constantes da ata referida no item 7.2.5, dirigido a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, no prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da referida ata.

9.2 A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO poderá, no prazo de 05 (CINCO) dias úteis contados do recebimento do recurso, reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo à autoridade superior.

9.3 A interposição de recurso será comunicada aos demais PARTICIPANTES, que poderão apresentar suas contrarrazões no prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados da intimação do ato.

9.4 Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- a) Ser devidamente fundamentados;
- b) Ser assinados por representante legal ou procurador com poderes suficientes;
- c) Ser protocolados no mesmo local indicado no preâmbulo deste EDITAL para o recebimentodos envelopes das propostas; e
- d) Não será admitida a apresentação de documentos ou informações que já deveriam ter sido apresentados nos ENVELOPES 1 e 2 e cuja omissão não tenha sido suprida na forma estabelecida neste EDITAL.

9.5 Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

9.6 Os recursos contra os atos decisórios constantes da ata referida no item



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

9.1 terão efeito suspensivo obrigatório.

9.7 O acolhimento dos recursos interpostos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL VENCEDORA deverá iniciar a execução dos serviços contratados assim que recebida, ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE, de acordo com o prazo e condições constantes deste edital e seus anexos.

11. DAS SANÇÕES

O Contrato a ser celebrado conterá as seguintes sanções administrativas:

11.1. A inobservância, pela OSS CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante do CONTRATO DE GESTÃO autorizará a CONTRATANTE a aplicar em cada caso, com observância do direito ao contraditório e à ampla defesa, as sanções previstas nos art. 81, 86, 87 e 88 Lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o disposto no § 2º do artigo 7º da Portaria nº 1286/93, do Ministério da Saúde, quais sejam:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- e) Perda de qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Birigui – SP.

11.2. A imposição das penalidades previstas neste item dependerá da gravidade do fato que as motivar, consideradas as circunstâncias objetivas que o tenham norteadas e dela será notificada a OSS contratada;

11.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”.

11.4. O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à OSS contratada e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual, garantido o direito de prévia defesa.

11.5. Caberá recurso ao Secretário Municipal da Saúde em face da decisão que aplicar à OSS contratada quaisquer das sanções indicadas nesta cláusula, no



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de publicação, na Imprensa Oficial, da decisão recorrida.

11.6. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não suprime o direito da **CONTRATANTE** de exigir indenização integral pelos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

São disposições finais a este EDITAL:

12.1. A Administração se reserva o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar ou revogar a presente SELEÇÃO, sem que isso represente motivo para que as organizações sociais participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização.

12.2. As retificações do presente EDITAL, por iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde ou aquelas provocadas por eventuais impugnações, serão publicadas na Imprensa Oficial de Birigui, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da Prefeitura Municipal de Birigui. Caso interfiram na elaboração dos PROGRAMAS DE TRABALHO e/ou PROPOSTAS TÉCNICO-FINANCEIRAS, deverão importar na reabertura do prazo para entrega destes, a critério da COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO.

12.3. **O edital do presente chamamento público foi aprovado pelo CMS em 18/06/2021.**

12.4. Os estudos sobre a economicidade das propostas e compatibilidade dos preços são parte integrante do processo administrativo que originou a Chamada Pública 01/2021.

12.5. Os recursos necessários para fazer frente às despesas decorrentes da contratação onerará as dotações orçamentárias: **02.10.01-10.302.0043.2.107, natureza de despesa 3.3.50.39.00, nos vínculos detalhados 01-312.0162-Desvinculação CIP Artigo 65 LRF, e 01.310.0000-FMS Recursos Próprios.**

12.6. Aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para os casos porventura omissos neste instrumento.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital, publicado na Imprensa Oficial de Birigui, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (aviso de abertura) e no site da Prefeitura Municipal de Birigui.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo - CNPJ: 46.151.718/0001-80

Birigui, 12 de Julho de 2021

**CÁSSIA RITA SANTANA CELESTINO
SECRETARIA DE SAÚDE**

**LEANDRO MAFFEIS MILANI
PREFEITO MUNICIPAL**